

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO
DO ANO DE DOIS MIL E DEZ:-----

----- Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada apenas pelo senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das Actas das Sessões Extraordinária de 27/11/2009 e Ordinária de 17/12/2009;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto dois:** 2ª Modificação Orçamental: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2010: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Transferência de Capital para a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo (Proposta N.º 5/2010 P): apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto quatro:** Aumento do Capital Social do Matadouro do Litoral Alentejano (Proposta N.º 8/2010 P): apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto cinco:** Atribuição de Medalha Municipal de Mérito ao Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto seis:** Atribuição de Medalha Municipal de Mérito ao senhor Manuel Augusto Piegas Marcos: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto sete:** Eleição de um autarca de freguesia para integrar a composição do Conselho Cinegético Municipal de Odemira; -----

----- **Ponto oito:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Odemira; -----

----- **Ponto nove:** Nomeação do Conselho Municipal de Educação: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto dez:** Mapa de Pessoal da AMAGRA para o ano 2010: apreciação e deliberação;

----- **Ponto onze:** Mapa de Pessoal da CIMAL para o ano 2010: apreciação e deliberação; --

----- **Ponto doze:** Delegação de Competências na CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral: apreciação e deliberação. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e seis membros da Assembleia a saber, os senhores Alberto José Branquinho Beijinha, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Carlos Manuel Simões Carvalho, Cláudia Isabel Neves Pacheco

da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Eduardo Abrantes Francisco, Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo António, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio da Encarnação, Idílio Manuel Guerreiro Gonçalves, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, José da Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel António Dinis Coelho, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Márcia Cristina Viana Silva Inácio, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte Viana, Paulo Jorge Dias Reis, Sónia Alexandra Martins Raposo e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro e, as ausências dos senhores Abílio José Guilherme Béjinha e Paula Cristina dos Santos Custódio.-----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da referida Câmara Municipal, Hélder António Guerreiro, Sónia Isabel Nobre Correia e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleitos pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, relativamente à sessão ordinária que se realizou no dia dezassete de Dezembro do ano transacto, não havia qualquer falta injustificada. -----

----- Ainda antes de se dar início ao tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que iriam proceder à tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Odemira, nos termos do artigo nono da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de Julho

e cuja acta ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor João Batista, residente em São Teotónio que perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal o que seria necessário para os munícipes serem recebidos por ele, uma vez que se tinha inscrito em Janeiro e ainda não tinha obtido qualquer resposta.-----

----- Questionou ainda para quando estava previsto o início da construção do pavilhão desportivo no Agrupamento Vertical de Escolas de São Teotónio, designadamente na escola primária, dado que o prazo limite seria o corrente ano.-----

----- Interveio o senhor Fernando Parreira, residente em Vale Bejinha que interpelou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as obras de saneamento daquela localidade. Referiu que a Câmara Municipal não tinha conseguido responsabilizar devidamente a empresa adjudicatária da obra e considerou que tinha sido prestado um mau serviço à população e ao concelho, nomeadamente através da utilização incorrecta da sinalização, proprietários de terrenos que não tinham sido avisados das obras, encerramento de ruas por tempo indeterminado, ruas intransitáveis com valas abertas, entre outros problemas.-----

----- Informou ainda que tinha enviado duas cartas à Câmara Municipal relativamente ao assunto em causa; no entanto, as estradas dentro daquela localidade continuavam muito degradadas.-----

----- Referiu também que aquela obra deixava a localidade com muitas lacunas e por esse motivo, questionou sobre os critérios para a exclusão de algumas habitações, considerando esse facto discriminatório.-----

----- Interveio o senhor Hugo Alves, residente em Odemira que, como utente da Piscina Municipal de Odemira, solicitou que fosse revisto o estacionamento junto à mesma, nomeadamente através da colocação de sinalização proibitiva, de modo a evitar que, nas horas de maior afluência, as pessoas que estivessem bem estacionadas pudessem sair sem problemas.

----- Informou ainda que na estrada nacional número duzentos e sessenta e três, designadamente no cruzamento da Rua Cinco de Outubro, em Odemira para a Escola Damião e para o Ecomarché, tinha uma visibilidade muito reduzida, pelo que perguntou se haveria possibilidade de minorar essa dificuldade.-----

----- Referindo-se ainda àquela estrada, nomeadamente no Bairro do Ferragial da Corredoura, informou que durante o inverno a ineficiência das valas das águas pluviais transformava a estrada num rio, criando problemas quer para residentes quer para as crianças que vinham da zona escolar.-----

----- Saudou ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo facto da Câmara Municipal ter tomado a iniciativa no sentido de melhorar a paragem dos autocarros junto ao parque escolar e, bem assim, sugeriu que na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação se debruçassem sobre os horários dos transportes das crianças, convidando inclusivamente a empresa responsável pelo transporte a estar presente, de modo a chegarem ao um consenso. ----

----- Por último, referindo-se ao computador Magalhães perguntou se a estratégia que a Câmara Municipal tinha tomado ao “oferecer” o computador aos alunos do primeiro ciclo seria para manter no futuro ou se tinha sido uma medida isolada no passado.-----

----- Interveio o senhor Filipe Correia, residente em Odemira, instrutor e atleta de canoagem que referiu que o único acesso que tinham ao rio era através da rampa em frente ao cais, em Odemira, a qual nos últimos tempos se tinha tornado numa lixeira a céu aberto. Disse ainda que já tinha informado a Câmara Municipal por escrito e falado com os responsáveis do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, mas o problema mantinha-se. -----

----- Referiu ainda que aquela rampa era o único acesso em Odemira para se colocar um barco no rio quer fosse de recreio ou dos bombeiros e considerava que se tratava de um cartão de visita muito feio.-----

----- Por último perguntou se aquela zona era pública ou privada e, bem assim, se poderiam

colocar alguma placa a proibir a pesca, uma vez que para além de deitarem o lixo para o chão, estacionavam os carros em cima da rampa.-----

----- Interveio o senhor Arquitecto Francisco Ganhão, que relativamente ao Itinerário Complementar número quatro e ao Itinerário Principal número dois de Ourique para Odemira, relembrou a comunicação do Governo sobre a suspensão de todos os projectos em estudo e de todas as vias e nesse sentido questionou qual seria a posição do Executivo Municipal, tendo em conta importância daquelas vias para o concelho. -----

----- Perguntou também em que situação se encontrava o Plano de Requalificação de Odemira.

----- Informou ainda que estava em voga a arquitectura bioclimática e os edifícios eficientes ao nível dos gastos energéticos, o que chocava um pouco com o regulamento de arquitectura no concelho que se devia manter tradicional. -----

----- Por último, lamentou que tivesse deixado de existir a Folha da Assembleia que considerava do interesse de todos. Considerou também que o blog da Assembleia Municipal era muito estático e sugeriu a criação de links para outras entidades, designadamente para a iniciativa Limpar Portugal.-----

----- Perguntou ainda à senhora Presidente da Assembleia Municipal para quando estava prevista a criação da Bolsa de Voluntariado, conforme havia sido prometida aquando da campanha eleitoral.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que lamentou o tempo de espera no atendimento dos munícipes e informou que o mesmo se devia ao elevado número de marcações de atendimento e às numerosas reuniões que tinha de estar presente no exterior do concelho, nomeadamente sobre os instrumentos de planeamento de território que estavam em curso. -- -----

----- Informou ainda que não existia qualquer prazo estipulado para o início das obras do novo edifício da Escola Básica Um de São Teotónio e que existia apenas um conjunto de prioridades

que tinham sido definidas pela Comunidade Europeia, na qual se enquadrava a construção dos edifícios escolares. -----

----- Relembrou que financeiramente não era possível fazer tudo ao mesmo tempo, haviam vários atrasos no ressarcimento do Município de Odemira, relativamente a algumas candidaturas e o Quadro de Referência Estratégico Nacional tinha vindo a dificultar o acesso ao dinheiro.-----

----- Quanto à construção das infraestruturas básicas no Vale Bejinha disse que, de facto, existiam obras que nem sempre corriam bem e que se deparavam com dificuldades devido aos condicionalismos locais ou dos próprios empreiteiros. Relembrou que Vale Bejinha era um aglomerado disperso e nesse sentido, numa primeira fase, não seria possível, até por questões financeiras, abranger todas as habitações daquela infraestrutura. Informou ainda que tinha existido um problema de cotas ao nível do projecto, em relação às habitações referidas pelo município, que já estava a ser corrigido. Quanto ao pavimento de Vale Bejinha considerou que independentemente das questões climatéricas e das características do terreno, os empreiteiros tinham a obrigação de executarem as obras nas devidas condições e, bem assim reconheceu que o acompanhamento das obras por parte da fiscalização deveria ter sido mais rigoroso, facto que já estavam a tentar melhorar. -----

----- Em relação ao estacionamento junto às Piscinas Municipais, informou que iria verificar a situação com Divisão de Rede Viária e Espaços Urbanos do Município de Odemira e, bem assim referiu que estavam a desenvolver uma solução técnica que teria de ser discutida com a empresa Estradas de Portugal, para o cruzamento de acesso aquela zona.-----

----- No que se refere às águas pluviais em Odemira, informou que estavam perante um problema complicado e relembrou o drama vivido pela população da Madeira a quem manifestou a sua solidariedade e compreensão pelas dificuldades vividas, uma vez que em mil novecentos e noventa e sete também o concelho de Odemira se tinha debatido com aquele

problema. Disse ainda que a reestruturação das águas pluviais estava contemplada no Plano de Requalificação de Odemira, que estava aprovado em termos de financiamento e brevemente iriam reunir com os interessados mais directos, especialmente do núcleo mais central da vila para afinarem alguns aspectos do processo, uma vez que a obra tinha de ser realizada no espaço de dois anos. -----

----- Informou também que estavam em reuniões com a empresa Rodoviária Nacional no sentido de encontrarem soluções alternativas no que respeita à regulação da tomada de passageiros junto à escola. -----

----- Informou ainda que a questão dos horários era da competência das escolas no entanto, iria junto do Vereador do Pelouro da Educação, tentar que no próximo ano lectivo houvesse um ajustamento. Quanto ao computador Magalhães informou que havia intenção de continuar com aquele apoio. -----

----- Referiu ainda que recentemente tinha falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salvador sobre a rampa de acesso ao Rio Mira, em Odemira, que estava na disposição de colocar sinalização no local para que pudesse haver alguma disciplina. Disse que tinha conhecimento que os maiores frequentadores daquela zona eram cidadãos estrangeiros que iam pescar e não tinham cuidado nomeadamente com o despejo de lixo. Nesse sentido informou que também iria promover a limpeza cíclica daquele espaço. -----

----- Relativamente ao Itinerário Complementar número quatro, informou que estava elaborado e disponível no site do InIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I.P, um estudo estratégico ambiental para a primeira fase, onde entre outros aspecto era reconhecida a necessidade quer em termos de segurança quer em termos de circulação, de Odemira e Aljezur terem um acesso da auto-estrada a um itinerário principal ou itinerário complementar. Manifestou ainda o seu descontentamento relativamente à indefinição do corredor do Itinerário Complementar número quatro, porque originava várias condicionantes, inclusivamente ao nível

do Plano Director Municipal, na questão do uso dos solos.-----

----- Disse também que numa reunião com a empresa Estradas de Portugal tinha sido informado das intervenções previstas para o corrente ano, designadamente a melhoria do acesso entre o cruzamento das Amoreiras e o Itinerário Complementar no Monte Negro e, bem assim tinha manifestado as suas preocupações relativamente a vários problemas na rede rodoviária do concelho e à ponte sobre o rio Mira, em Odemira. Relativamente a esta, informou que não concordavam com a simples intervenção e que deveria haver uma obra de fundo, com um novo tabuleiro e nova passagem para peões.-----

----- Por último, relativamente aos edifícios energéticos, disse que se tratavam de regras definidas pelo Estado no âmbito de algumas transposições comunitárias. Disse ainda que o novo Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira estava aprovado pela Câmara Municipal e seria publicado a partir do dia um de Março, para recolha de contributos. Revelou que aquele diploma continha alguns incentivos quer naquele âmbito, quer em termos da construção tradicional.-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que a Folha da Assembleia era para continuar e que inclusivamente na última sessão tinha sido aprovada uma proposta nesse sentido. Considerou ainda que a Folha da Assembleia era um veículo importantíssimo de divulgação daquilo que era a Assembleia Municipal e a sua acção.-----

----- Informou ainda que a Bolsa de Voluntariado não estava esquecida e que estavam a estudar um meio de concretizar aquele projecto de uma forma estruturada, porque considerava que se tratava de um programa importante para o concelho de Odemira.-----

----- Por último, relativamente ao Blog referiu que provavelmente não estaria tão dinamizado quanto gostariam no entanto, constatou-se que ele era visitado pela população portuguesa e estrangeira, o que demonstrava a sua importância. Considerou ainda interessante a sugestão de colocar links no blog.-----

----- Interveio novamente o senhor Arquitecto Francisco Ganhão que questionou sobre o valor do financiamento e dos custos suportados pela Câmara Municipal em relação ao Plano de Requalificação de Odemira e, bem assim perguntou para quando estavam previstas as sessões descentralizadas da Assembleia Municipal pelas freguesias do concelho.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o valor da candidatura era de cerca de três milhões de euros, sendo mil e duzentos euros financiados e o restante seria financiamento Municipal.-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que as sessões descentralizadas da Assembleia Municipal seriam efectuadas assim que houvesse oportunidade.

----- Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS E NOVE E ORDINÁRIA DE DEZASSETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à apreciação.-----

----- A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS E NOVE:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e uma abstenção dos membros eleitos pela

Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

----- B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZASSETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e seis membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Não havendo qualquer intervenção a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que estava presente um convidado que iria apresentar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, pelo que sugeriu que começassem por aquela apresentação e posteriormente passariam às intervenções dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que considerou que tendo em conta que aquela apresentação não estava agendada, os membros da Assembleia Municipal deveriam ter prioridade nas intervenções.-----

----- Nesse sentido e tendo em conta a vasta ordem de trabalhos ainda por debater, foi adiada aquela apresentação para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio novamente a senhora Maria Luísa Palma que referiu que estava previsto um novo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo que gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha quaisquer informações sobre o assunto, nomeadamente se as autarquias iriam participar. -----

----- Por último, solicitou informações sobre a Escola Profissional de Odemira, tendo em conta a manifestação de profundo desagrado sobre questões pertinentes, efectuada pelos alunos daquela escola. -----

----- Interveio o senhor Manuel Coelho, membro eleito pelo Partido Socialista que apresentou a Moção que seguidamente se transcreve: -----

----- **“Moção** -----

----- I – Considerando que: -----

----- - A intempérie que recentemente se abateu sobre as populações da Ilha da Madeira causou e continua a causar um sofrimento físico e moral a milhares de Portugueses ali residentes;-----

----- - A Assembleia Municipal de Odemira, como órgão autárquico que é, pode e deve manifestar à população da Madeira o seu sentido de solidariedade e de disponibilidade para, em conjugação com outros órgãos autárquicos deste concelho e com órgãos autárquicos e regionais da Ilha da Madeira, colaborar em actividades concretas que contribuam para o restabelecimento do bem estar psicológico, social e material de todos os que foram atingidos pela intempérie; ---

----- II – A Assembleia Municipal de Odemira delibera o seguinte: -----

----- - Reconhecer a coragem e a combatividade de que as populações, os autarcas e demais responsáveis políticos regionais da Madeira deram provas nestes dias difíceis.-----

----- - Recomendar à Câmara Municipal de Odemira que, em colaboração com os demais órgãos autárquicos deste concelho, organize uma ou mais actividades que concretizem a obrigação de solidariedade que os nosso concelho tem para com as populações, órgãos autárquicos, Governo Regional e Assembleia Regional da Ilha da Madeira.-----

----- III – Se esta moção for aprovada deverá ser enviada a todas as Assembleias Municipais, Governo e Assembleia Regional da Ilha da Madeira.-----

----- Pelo grupo dos deputados municipais eleitos nas listas do P.S.” -----

----- Felicitou ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal pelas duas medidas implementadas na Câmara Municipal e que segundo opiniões recolhidas, tiveram bom acolhimento junto da população do concelho, designadamente ao nível do controlo de horários dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odemira e da suspensão das autorizações dadas a funcionários para executarem outras actividades. -----

----- Felicitou também o senhor Presidente da Câmara Municipal pela intervenção efectuada na última reunião da CIMAL em Grândola, sobre o Novo Mapa Judiciário, onde referiu que iria debater essa questão com os Presidentes das Câmaras Municipais do Alentejo Litoral, o que representava o respeito pela posição unânime tomada anteriormente numa Moção da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Por último, saudou a senhora Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo artigo sobre a Assembleia Municipal no Boletim Municipal e onde vinha afirmado o projecto de continuidade em algumas matérias. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans, eleita pelo Partido Socialista, que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- **“Proposta** -----

----- Neste momento está em curso um grande movimento a nível nacional chamado “Limpar Portugal”. É um movimento cívico que pretende, através da participação voluntária de pessoas particulares, de entidades privadas e públicas, promover a educação ambiental e reflectir sobre a problemática do lixo, do desperdício, do ciclo dos materiais e do crescimento sustentável, por intermédio da iniciativa de limpar a floresta portuguesa no dia 20 de Março 2010.-----

----- Criou-se um grupo de Odemira que conta neste momento com mais de 130 membros. -
----- Pelo seu carácter cívico e face à importância da iniciativa o grupo da Assembleia Municipal, eleito pelo PS propõe que a Assembleia Municipal de Odemira mostre o seu reconhecimento e apoio a esta iniciativa, transmitindo uma mensagem no site do “Limpar Portugal”.-----

----- A mensagem será:-----

----- A Assembleia Municipal de Odemira vem por este meio mostrar o seu reconhecimento e apoio no grande movimento cívico a nível nacional chamado “Limpar Portugal”. Esperamos que o dia 20 de Março seja um dia gratificante de trabalho na comunidade e para a comunidade”.-----

----- Por último, alertou o Executivo Municipal para o facto de ainda existirem cartazes nos outdoors do concelho de Odemira a desejar as Boas Festas, pelo que sugeriu que os mesmos fossem retirados, porque considerava que se tratava de uma imagem inoportuna e pouco dinâmica para o início da época turística.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que solicitou esclarecimentos sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, nomeadamente se o actual plano iria ficar suspenso. Seguidamente apresentou as Propostas que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

----- **“Proposta do Partido Socialista”**-----

----- Proposta para a composição da Comissão Permanente para a divulgação da Assembleia Municipal: -----

----- 1 elemento da Mesa da Assembleia; -----

----- 4 elementos do Partido Socialista; -----

----- 2 elementos da Coligação Democrática Unitária; -----

----- 1 elemento Odemira no Bom Caminho; -----

----- 1 elemento do Bloco de Esquerda. -----

----- Um total de 9 elementos. -----

----- Odemira, 25 de Fevereiro de 2010” -----

----- **“Proposta do Partido Socialista** -----

----- Proposta para a composição do Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República. -----

----- 1 elemento da Mesa da Assembleia; -----

----- 4 elementos do Partido Socialista; -----

----- 2 elementos da Coligação Democrática Unitária; -----

----- 1 elemento Odemira no Bom Caminho; -----

----- 1 elemento do Bloco de Esquerda. -----

----- Um total de 9 elementos. -----

----- Odemira, 25 de Fevereiro de 2010.” -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referindo-se ao “Computador Magalhães”, sendo professor e vendo a realidade das escolas do concelho, considerou que poderia ser uma medida popular, no sentido de que se forneciam computadores gratuita e indiscriminadamente às crianças; no entanto, poderia se tratar de uma medida que não seria de tão grande justiça quanto aparentava. Considerou ainda que seria mais urgente dotar as escolas do primeiro ciclo de todas as condições e até de material informático que seria da responsabilidade das próprias

escolas que assegurariam a sua utilização, de forma adequada e igualitária, do que estarem a fornecer muito simpaticamente computadores a crianças que depois os levavam para casa, não havendo qualquer controlo sobre os mesmos. -----

----- Referindo-se às Brunheiras, Galeado e Venda Fria, na freguesia de Vila Nova de Milfontes, disse que a situação em que se encontravam era do conhecimento público, nomeadamente que não estavam urbanizados e não tinham infraestruturas. Nesse sentido relembrou que os Alagoachos também tinham havido o mesmo problema e no mandato do Presidente Cláudio Percheiro tinha sido resolvido com bastante celeridade. Esperava-se a mesma solução para aquelas zonas, porém já tinham passado doze anos, os bairros continuavam a crescer e a proliferação de clandestinos era enorme. -----

----- Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que perguntou em que situação se encontrava os passeios de Pereiras-Gare. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que realçou a iniciativa “Limpar Portugal” que contava com o apoio das Juntas de Freguesia e informou que poderiam consultar o site da Taipa que continha informação sobre a forma como a mesma iria decorrer. -----

----- Informou ainda que discordava com a abertura dos bares dentro das vilas até às seis horas, considerando que o encerramento às quatro horas evitava muitas queixas dos residentes. -----

----- Por último referiu que no acordo para o Matadouro do Litoral Alentejano surgia em vários documentos a indicação de “Crédito Agrícola de São Teotónio/ Aljezur”, o que não estava correcto. -----

----- Manifestou ainda o seu voto de pesar pelas pessoas que faleceram na Madeira e também pelo cidadão cubano que recentemente morreu em greve de fome nas prisões de Cuba, considerando que se fosse em outras circunstâncias muitas vezes se tinham levantado e assim todos se calavam. -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que recomendou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fossem definidos critérios de abertura de pólos da biblioteca José Saramago às freguesias do concelho que demonstrassem esse interesse.-----

----- Perguntou ainda se seria possível aos Presidentes das Juntas de Freguesia estacionarem nos parques reservados aos veículos da Câmara Municipal, tendo em conta a dificuldade de estacionamento em Odemira.-----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que tinha entendido na última sessão que a documentação da Assembleia Municipal seria enviada por e-mail, porém parecia que havia algumas limitações. Referiu ainda que o volume de documentos que acompanhava a Ordem de Trabalhos era demasiado volumoso para serem lidos em apenas dois a três dias e alguns assuntos tinham de ser vistos com um pouco mais de cuidado.-----

----- Por último, perguntou se existiam dúvidas legais acerca da aplicabilidade das taxas de urbanização de acordo com o que estava previsto no respectivo Regulamento.-----

----- Interveio o senhor António Carlos Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que manifestou o seu desagrado relativamente ao encerramento do posto da Guarda Nacional Republicana de São Luís. Sugeriu ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal que na reunião que iria ter com a empresa Estradas de Portugal, falasse do estado degradado em que se encontrava a estrada nacional cento e vinte, entre Odemira e São Luís.-----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que propôs um voto de pesar pelas vítimas do temporal da Madeira e saudou aquela população pela fibra e a capacidade de “arregaçarem as mangas” para reerguerem a ilha. Disse ainda que aquela população sentia que a sua terra era a terra de todos e considerou que era um bom exemplo para todos os portugueses.-----

----- Disse também que desde que tinha começado a chover a água do abastecimento público

se encontrava amarela. Referiu ainda que sabia que circunstancialmente a água ficava com aquela tonalidade.-----

----- Considerou também que era importante a colocação de uma rotunda no cruzamento da Rua Cinco de Outubro para o parque escolar e lembrou que se tratava de um projecto que vinha sendo falado desde o tempo do doutor Justino Santos ou seja há vinte anos atrás e estava tudo na mesma. -----

----- Referindo-se à Rua Serpa Pinto e ao Bairro Ferragial da Corredoura, informou que todas aquelas águas pluviais entravam directamente em algumas casas e os moradores já se tinham queixado e se continuasse a chover iriam ter alguns problemas. Relativamente ao Bairro Municipal do Ferragial da Corredoura e tendo em conta que tinham fechado a estrada de terra batida no Bairro do Galvão, sugeriu que colocassem uma placa identificativa de estrada sem saída para evitar que as pessoas se enganassem. -----

----- Questionou ainda para quando estava previsto ser retirado o eucalipto que tinha caído para o rio em Odemira e que inclusivamente estava a bloquear o passeio pedonal. Ainda em relação ao passeio pedonal junto ao rio, disse que se encontravam quatro candeeiros sem iluminação há bastante tempo.-----

----- Informou ainda que com a reparação do muro de suporte na Avenida Poole da Costa, em Odemira, foi retirada toda a iluminação e não tinham voltado a colocar. -----

----- Por último, considerou que o Jardim Damiano estava um pouco abandonado, o bebedouro não tinha água, em tempos tinha sido sugerida a colocação de uns sanitários, mas passados dois anos tudo continuava na mesma. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, que manifestou em seu nome e do Bloco de Esquerda um voto de pesar para com a população da Madeira. -----

----- Considerou ainda que tinha de ser revisto o estacionamento na vila de Odemira referiu que à saída da Biblioteca Municipal “José Saramago”, o estacionamento para deficientes era o

local mais impróprio para o efeito.-----

----- Relembrou que o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta sobre a realização das sessões descentralizadas da Assembleia Municipal que tinha sido rejeitada, aquando da aprovação do Regimento dos Membros daquele órgão. -----

----- Disse também que tinha tido conhecimento da manifestação dos alunos da Escola Profissional de Odemira e lembrou que a escola era importante no concelho para o desenvolvimento e sustentabilidade dos jovens para o mercado de trabalho e que inclusivamente a Câmara Municipal participava a nível financeiro. Nessa conformidade perguntou sobre o porquê de tal manifestação.-----

----- Referiu ainda que o Plano de Ordenamento do Parque Natural iria brevemente para discussão pública e nesse sentido questionou se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal já tinham equacionado em que moldes se iria desenvolver essa discussão pública e se realmente haveria um debate público, sugerindo inclusivamente a existência de um referendo. -----

----- Seguidamente apresentou a seguinte documentação:-----

----- **Moção** -----

----- **Acesso ao subsídio de desemprego com seis meses de descontos** -----

----- Considerando que:-----

----- - Há hoje em Portugal perto de 600 mil desempregados registados nas estatísticas oficiais, enquanto cerca de 100 mil mulheres e homens estão desempregados mas já não constam destas estatísticas; -----

----- - Centenas de milhares de desempregados não recebem subsídio e sobrevivem, por isso, em condições de pobreza;-----

----- - O critério actual de atribuição de subsídio de desemprego – **365 dias de descontos nos últimos dois anos** – é demasiado restritivo num contexto de crise, no qual grande parte das ofertas de emprego têm carácter sazonal e não ultrapassam os seis meses;-----

----- - O desemprego é hoje o maior problema nacional, com uma incidência agravada nas regiões deprimidas como o Alentejo;-----

----- **A Assembleia Municipal de Odemira, reunida em sessão ordinária a 25 de Fevereiro de 2010:**-----

----- 1 – Manifesta a sua solidariedade com as vítimas do desemprego, em particular com quem trabalhou, descontou e não consegue encontrar emprego na grave crise económica e social em que vivemos;-----

----- 2 – Apela à Assembleia da República para que alargue o acesso ao **subsídio de desemprego** a quem tenha trabalhado e descontado **pelo menos seis meses no ano que antecede a situação de desemprego**;-----

----- 3 – Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, comunicação social nacional e regional”.-----

-----“**Recomendação à CM de Odemira sobre o**-----

----- **Orcamento Participativo para 2011**-----

----- Considerando que:-----

----- 1. O Art.º 2.º da Constituição da República Portuguesa aponta, como desígnio do Estado de Direito Democrático, o aprofundamento da democracia participativa, como forma de aproximar os cidadãos do sistema político-institucional;-----

----- 2. É necessário consolidar dinâmicas de desenvolvimento de uma cultura cívica, de práticas associativas e de construção de espaços de participação e decisão política;-----

----- 3. A participação na gestão pública pode trazer contributos para uma maior eficácia da gestão dos recursos, uma maior transparência e articulação territorial, uma maior capacidade de fiscalização, uma maior visibilidade e proximidade do acto governativo, um enriquecimento do processo de decisão, o desenvolvimento da cidadania e educação para a “causa” pública, um

maior conhecimento da realidade dos cidadãos e um maior ajustamento do investimento público às suas necessidades;-----

----- 4 - O Presidente da Câmara Municipal de Odemira expressou, em diversas entrevistas à comunicação social, a vontade de dar início a um processo de Orçamento Participativo para 2011, no que coincide com o programa eleitoral apresentado pelo Bloco de Esquerda;-----

----- Mediante o exposto, o Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Odemira, apresenta uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de iniciar em 2010 uma prática de elaboração do Orçamento Participativo, sugerindo para tal a seguinte metodologias e calendarização:-----

----- 1 – Elaborar, até final de Abril de 2010, uma proposta definidora de uma estratégia para atingir, de forma progressiva, uma prática real do Orçamento Participativo Deliberativo (e não apenas consultivo) no Concelho de Odemira, a ter efeito na preparação e elaboração do Plano e Orçamento para 2011.-----

----- 2 – Iniciar um processo de participação cidadã, no qual sejam auscultados os munícipes e as diversas entidades com presença no concelho e construídas propostas a incluir nas Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2011, através das seguinte formas e meios:-----

----- 2.1. – Na Internet e/ ou por correio: solicitação de resposta a um questionário onde o munícipe é convidado a pronunciar-se sobre o que considere prioritário, podendo propor também outras opções que considere de maior importância.-----

----- 2.2. – Entre Maio e Outubro: realização de sessões, devidamente promovidas e divulgadas, para informação e consulta, distribuídas da seguinte maneira:-----

----- 2.2.1. - Sessões públicas com organizações da sociedade civil, representativas da actividade económica, social, cultural e desportiva, que actuem no concelho;-----

----- 2.2.2. – Solicitação de pareceres, sobre as matérias em causa, a todas as Juntas e

Assembleias de Freguesia; -----

----- 2.2.3 – Sessões públicas com a população em todas as Juntas de Freguesia e localidades do concelho.-----

----- 3- Em Novembro: votação (presencial ou pela Internet) das propostas pelos munícipes, com o compromisso formal do executivo de integrar no Orçamento Municipal e nas GOP's para 2011 as propostas mais votadas.-----

----- Em forma de síntese prospectiva, deverá ser elaborado um relatório conclusivo de todo o processo de discussão, com a divulgação na Internet e a entregar a esta Assembleia Municipal, às Assembleias de Freguesia e às Direcções dos Órgãos ou Instituições participantes; deverá também ser produzido um folheto explicativo do processo para profusa distribuição aos munícipes.” -----

----- Interveio o senhor José Júlio Oliveira que questionou se sempre que caísse uma árvore no concelho de Odemira ou houvesse lixo para ser retirado, tinham de solicitar na Assembleia Municipal a resolução do problema e nesse sentido considerou que havia uma série de questões apresentadas na Assembleia Municipal que poderiam ser realizadas pelas Juntas de Freguesia.--

----- Relativamente às questões apresentadas, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que estava em discussão os últimos passos na concepção do PROT Alentejo – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo e do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Referiu também que algumas Câmaras Municipais estavam a unir esforços, inclusivamente participando em reuniões com Ministério do Ambiente para tentarem alterar algumas questões que lhes estavam a ser impostas e com as quais não concordavam e que de uma forma ou de outra poderiam vir a condicionar não só a edificação, mas também algumas actividades. -----

----- Quanto à discussão pública, disse que estava prevista de acordo com o acto de publicação da decisão do Conselho de Ministros, o que não aceitavam e por esse facto as autarquias iriam

também agendar sessões públicas sobre os documentos em causa. -----

----- Relembrou ainda que com a aprovação do PROT que entrava em vigor em simultâneo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural, acabava o PROTALI – Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano. -----

----- Informou ainda que estava agendada uma reunião do Conselho Geral da Fundação Odemira e já tinha pedido esclarecimento sobre a manifestação efectuada pelos alunos. -----

----- Disse ainda que a sua intervenção na Assembleia Intermunicipal da CIMAL, relativamente ao Novo Mapa Judiciário, tinha sido devido ao facto de considerar aquela questão preocupante para o concelho de Odemira e prejudicial para muitos municípios. -----

----- Quanto ao computador Magalhães disse que a iniciativa tinha uma grande parcela de financiamento que não era municipal e considerou que não se tratava apenas de proporcionar o computador a todas as crianças, marcava também uma nova geração de acesso às novas tecnologias. Informou ainda que a parte financiada pelo Município não era muito elevada e não condicionava outras intervenções de fundo nas escolas. Considerou ainda que, tanto as intervenções de fundo nas escolas como a entrega dos “computadores Magalhães”, eram medidas importantes e não escolheria uma em detrimento da outra. -----

----- Quanto à questão das Brunheiras, Galeado e Venda Fria, disse que era um processo que tinha de ser tratado de acordo com o PROT e com o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e nesse sentido estavam a tentar encontrar uma solução para aquela zona, porque o PROTALI não contemplava qualquer possibilidade de urbanização. Considerou ainda que não poderiam comparar aquele problema com os Algoachos, tendo em conta aspectos relacionados com a dimensão, localização entre outros aspectos. -----

----- Informou também que a Divisão de Rede Viária e Espaços Urbanos da Câmara Municipal estava a verificar a situação dos passeios em Pereiras-Gare. -----

----- Quanto à descentralização da Biblioteca Municipal disse que tinha sido um projecto que nasceu e morreu em determinada altura pelas razões que todos conheciam, no entanto, considerou que se tratava de uma iniciativa que deveria ser implementada o mais rapidamente possível, porque a Biblioteca Municipal já existia há alguns anos e padecia desse desenvolvimento pelo concelho. -----

----- Quanto à possibilidade das Juntas de Freguesia estacionarem nos lugares reservados da Câmara Municipal disse que iria verificar junto dos serviços se a nível de espaço seria possível.

----- Informou também que o Regulamento das Taxas de Urbanização tinha sido apreciado pela Inspeção-Geral da Finanças que tinha enviado à Câmara Municipal um conjunto de observações e recomendações para serem alteradas de imediato, nomeadamente situações que careciam de fundamentação económico-financeira. Nesse sentido, disse que já tinham sido aprovados na reunião da Câmara Municipal o Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira e o Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira e estavam em discussão pública para posterior aprovação na Assembleia Municipal. --

----- Informou ainda que tinha colocado a questão do eventual encerramento do Posto da Guarda Nacional Republicana de São Luís ao senhor Governador Civil do Distrito de Beja, porém não tinha obtido ainda qualquer resposta. -----

----- Quanto ao eucalipto que se encontra caído no rio disse que era para ser retirado, porém no momento tinham muitas situações urgentes para resolver, nomeadamente repondo arruamentos e caminhos danificados pelas chuvas e as condições climatéricas não facilitavam as obras de reparação. -----

----- Em relação à cor da água pública disse que se tratava de um problema que existia ciclicamente desde há alguns anos atrás e estava relacionado com a água da chuva que arrastavam matéria orgânica para os canais. Disse ainda que era difícil, com os sistemas de tratamento que existiam no concelho de Odemira, dar uma resposta rápida ao problema e por

esse facto tinham aderido aquele sistema em alta, no sentido de virem a ter uma estação de tratamento com condições completamente diferentes.-----

----- Quanto à iluminação da Avenida Poole da Costa, em Odemira, disse que tinha solicitado esclarecimentos à empresa Estradas de Portugal, porque tinha ficado acordado manter a electrificação inicialmente existente e, bem assim referiu que desconhecia a existência de candeeiros sem luz no passeio pedonal do cais há tanto tempo.-----

----- Por último, quanto à Recomendação apresentada pelo eleito do Bloco de Esquerda sobre o Orçamento Participativo, disse que tinham assumido o compromisso, estava escrito e na entrevista referida tinha sido explicado porque no corrente ano não tinha sido possível concretizar essa proposta e porque é que tinha transitado para o ano dois mil e onze. Informou ainda que os timings eram marcados pelo executivo municipal e o modelo seria apresentado em tempo oportuno na Assembleia Municipal.-----

----- Relembrou ainda que o modelo participativo não podia diferir muito do que já era aplicado em outros municípios e onde tinha dado os melhores resultados.-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que em relação ao envio da documentação por suporte informático disse que apenas dois membros da Assembleia Municipal tinham manifestado essa vontade. Mesmo assim tinham tentado enviar, porém o problema tinha a ver com a digitalização de documentos.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a questão não tinha apenas a ver com a digitalização de documentos, mas também com a capacidade e o peso da pasta que praticamente inviabilizava o seu envio, mas poderiam ser remetidas por CD.-----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos.-----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que colocou à apreciação e deliberação os documentos apresentados neste ponto da Ordem de Trabalhos:-----

----- a) **Moção**, apresentada pelo senhor Manuel Coelho, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, sobre “Voto de Solidariedade para com a população da Madeira”. -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que concordava com a Moção em causa e com todas as que surgissem com o mesmo fim. Considerou ainda que tendo em conta que se tratava de uma expressão de sentimentos não deveria ser submetida à votação. -----

----- Tendo em conta que o gesto de solidariedade era consensual e não havendo mais intervenções, foi aquela Moção aprovada por consenso; -----

----- b) **Proposta**, apresentada pela senhora Helena Loermans, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, sobre “Limpar Portugal”. -----

----- Não se registou qualquer intervenção e tendo em conta que o assunto era consensual, foi aquela Proposta aprovada por consenso;-----

----- c) **Moção**, apresentada pelo senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, sobre “Acesso ao subsídio de desemprego com seis meses de descontos”.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que informou que o grupo dos eleitos pelo Partido Socialista iria votar contra a Moção essencialmente por não concordar com os moldes em que a mesma é apresentada. Disse ainda que obviamente que se solidarizavam com todas as pessoas que no momento sofriam dificuldades, mas julgavam que a actual lei do subsídio de desemprego se encontrava adequada ao actual sistema. -----

----- Não havendo mais intervenção, procedeu-se à votação da Moção em epígrafe, a qual foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e três abstenções dos membros eleitos

pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio novamente o senhor João Rebelo dos Reis, que em nome do Grupo dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Sendo de facto o desemprego um grande problema nacional, é necessário ter em consideração os seguintes factores: a lei actual prevê que já possa aceder ao subsídio de desemprego quem só trabalhou seis meses nos últimos doze meses; a lei actual privilegia contudo os trabalhadores que demonstrem um período de pelo menos dois anos de trabalho, contribuindo assim para o enriquecimento do país. -----

-----Para além do subsídio de desemprego, existe também o rendimento social de inserção em que as condições de pobreza estavam asseguradas por esse lado.-----

-----O grupo de deputados os PS solidariza-se com todos os cidadãos que se encontrem neste momento em situação de desemprego”.-----

----- d) **Proposta**, apresentada pelo senhor João Rebelo dos Reis, eleito pelo Partido Socialista, sobre “Composição da Comissão Permanente para a divulgação da Assembleia Municipal”. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal;-----

----- e) **Proposta**, apresentada pelo senhor João Rebelo dos Reis, eleito pelo Partido Socialista, sobre “Composição do Grupo de Trabalho para as comemorações do Centenário da Republica”. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em

epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos contra dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal;-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que apelou às forças partidárias para indicarem, com a brevidade possível, os elementos que irão integrar ambas as propostas. -----

----- Ainda antes de terminar este ponto da Ordem de Trabalhos a senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que se constatava, por algumas vezes, a existência de discrepâncias nos quilómetros apresentados pelos membros da Assembleia Municipal nos Boletins Itinerários. Nesse sentido e tendo em conta o mapa enviado a todos os membros da Assembleia Municipal que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão, sugeriu que fosse delineado um padrão de referência para todos se guiarem, à semelhança de que já existia com outras entidades, como por exemplo a CIMAL, para que existisse uma equidade de tratamento. Disse ainda que o Itinerário Michelin era o mais utilizado e fiável.-----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que perguntou qual seria o tratamento que seria dado aos Boletins Itinerários que não estava em consonância com aquele mapa e que já tinham sido entregues e ainda não tinham sido liquidados. Referiu ainda que ficava bem a alguns Presidentes de Juntas de Freguesia não colocarem abonos quilométricos quando utilizavam os veículos oficiais. -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referiu que ainda não tinham sido processadas as senhas de presença e os boletins itinerários referentes às três últimas sessões e nesse sentido perguntou como seriam emitidas as Declarações para o IRS.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a questão estava pendente daquela uniformização, pelo que com base no que fosse decidido naquela sessão, na próxima sessão semana seriam processados os documentos, como era hábito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o mapa referente ao Itinerário Michelin, tendo aquela proposta sido aprovada por consenso. Nesse sentido os boletins itinerários entregues e não liquidados, seriam processados de acordo com aquele mapa.-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de Dezembro do ano de dois mil e nove a trinta e um de Janeiro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto dois:** SEGUNDA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0116-2010 – 2.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL RELATIVA AO ANO DE 2010-----

----- Foi presente a informação nº.2010/10, datada de 12/02/2010, da Divisão Financeira, a propor a 2.ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2010, que se anexa, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1.ª. Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª. Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Inscrições/reforços: € 29 000,00 (Vintee nove mil euros);-----

----- Diminuições/anulações: € 4 000,00 (Quatro mil euros);-----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

----- Inscrições/reforços: € 462 900,00 (Quatrocentos e sessenta e dois mil e novecentos euros); - -----

----- Diminuições/anulações: € 437 900,00 (Quatrocentos e trinta e sete mil e novecentos euros); - -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

----- Inscrições/reforços: € 585 000,00 (Quinhentos e oitenta e cinco mil euros);-----

----- Diminuições/anulações: € 585 000,00 (Quinhentos e oitenta e cinco mil euros)-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a actual redacção, para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo estes apresentado uma Declaração de Voto verbal que seguidamente se transcreve: “O Voto contra prende-se com as referências que foram

apresentadas aquando da aprovação do Orçamento para o ano de 2010, bem como da pouca confiança que o mesmo merecia”. -----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que considerou um pouco forçada a alteração de um orçamento aprovado em Dezembro. Perguntou ainda se as transferências para o IEFP eram relacionadas com os estágios e, bem assim se aquela comparticipação não tinha sido previsível antes.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que em Novembro e Dezembro faziam a previsão orçamental e a percentagem de execução; no entanto, no corrente ano, designadamente nas obras tinham havido alguns atrasos significativos por causa da forte pluviosidade que caiu em Dezembro e nesse sentido, em Janeiro deveriam fazer um acerto de todas as verbas que tinham sido transferidas para assumpção do resto da despesa nas obras. Revelou também que todos os anos havia a necessidade de fazerem acertos relativamente aos investimentos em curso.-----

-----Referiu ainda na questão dos estágios, que em Dezembro quando aprovaram o orçamento da Câmara Municipal ainda não era conhecido o Orçamento de Estado e não tinham conhecimento que a partir de Janeiro seria necessário suportar com vinte por cento dos funcionários requisitados.-----

-----Considerou ainda que as revisões e as alterações orçamentais daquela natureza eram frequentes e não via qualquer relação com a imprecisão no orçamento inicial, mas sim com aspectos que eram variáveis e que iam surgindo ao longo da gestão de um orçamento que era sempre um documento previsional.-----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que o orçamento era um documento previsional sujeito a alterações, porém considerava que não poderiam estar mensalmente a aprovar alterações, pois quase não valeria a pena aprovar o orçamento.-----

-----Disse ainda que o orçamento era uma previsão tão falível que poderiam estar a

pronunciar-se sobre um documento que não teria nada a ver com a realidade que iria ser desenvolvida nas Conta do Exercício.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que o orçamento era uma estrutura que se deveria manter fiel tanto quanto possível a uma estratégia e opção política. Referiu ainda que ninguém poderia garantir que um orçamento não tivesse de ser alterado todos os meses, porque havia uma sucessão de imprevistos em determinadas verbas que obrigavam a essas revisões.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- O senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----**Declaração de Voto sobre a**-----

-----**1ª Revisão Orçamental 2010**-----

----- Considerando que:-----

----- 1 – O Bloco de Esquerda votou CONTRA o Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Odemira para o ano de 2010, entre outros motivos devido à falta de rigor do mesmo, no seguimento de doze anos de gestão PS, traduzida na baixa capacidade de realização dos sucessivos orçamentos e no endividamento crescente da autarquia;-----

----- 2 – A presente revisão orçamental, decorridos apenas dois meses sobre a aprovação do Orçamento para 2010, vem comprovar a referida falta de rigor evidenciada pelo BE;-----

----- 3 – Não obstante esta constatação de falta de rigor, esta revisão orçamental torna-se absolutamente necessária para que a Câmara Municipal de Odemira possa honrar os seus compromissos e responsabilidades sociais;-----

----- 4 – A revisão pontual agora proposta não altera o quadro geral do Orçamento com o qual o BE continua a não se identificar.-----

----- Assim, em coerência,-----

----- O deputado municipal do Bloco de Esquerda ABSTÉM-SE na votação das Propostas da 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010, apresentados pelo executivo da Câmara Municipal de Odemira.”-----

----- **Ponto três:** TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL PARA A AMGAP – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO (PROPOSTA N.º 5/2010 P): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0119-2010 - PROPOSTA N.º 5/2010 P - TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL PARA A AMGAP - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO.-----

----- Foi presente a Proposta n.º 5/2010 P, elaborada pelo Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:-----

----- **“PROPOSTA n.º.5/2010 P**-----

----- Transferência de capital para a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo-----

----- Em Junho de 2009, a Câmara Municipal de Odemira aprovou, a adesão do Município à parceria público-público do sistema Plurimunicipal de águas e saneamento em conjunto com vinte Municípios do Alentejo, tendo o assunto sido apreciado e deliberado na reunião ordinária

da Câmara Municipal realizada em 18/06/2009, e aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2009. -----

----- Na sequência desta decisão a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 03/09/2009, e a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 18/09/2009, aprovaram a integração do Município de Odemira na Associação de Municípios para o mesmo fim, designada de AMGAP. -----

----- No âmbito da parceria supra referida foi constituída a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA, cuja constituição se reparte por 49% de capital social da AMGAP e 51% da Adp – Águas de Portugal. -----

----- Na sequência das decisões supra referidas, torna-se agora imperioso constituir o capital social da empresa AgdA, SA, cabendo aos 21 Municípios associados da AMGAP a constituição de 49% do total, a prover de forma faseada e repartida pelos 21 municípios com base em critérios que ficaram por decidir. -----

----- Assim, tendo em conta o supra referido e após a reflexão realizada na sua reunião de 19/01/10, o Conselho Executivo da AMGAP, propõe que a forma de realização do capital seja repartida pelos municípios de acordo com a média dos seguintes indicadores: -----

----- Investimento, Volume, Facturação e Número de Eleitores, com base nos dados referidos no quadro que se junta à presente proposta, e que reflectem a proporção de realização de capital pelos Municípios Associados. -----

----- Assim, e na primeira fase de constituição do capital social propõe-se a realização durante o mês de Fevereiro de 245.000 euros, tendo por base a repartição encontrada na Média dos valores do quadro I; -----

----- Quadro 1 -----

----- Investimento ----- Volume ----- Facturação ----- Eleitores ----- Média ---

----- Alcácer ----- -14.651,00-----18.056,83 -----14.797,15 -----12.965,28 ---15.117,56 --

----- Aljustrel -----5.586,00 -----8.169,16 -----9.117,44 -----9.913,93 -----8.196,63 --
----- Almodôvar -----12.421,50 ----- 6.326,12 -----5.829,18 -----7.987,78 ---8.141,14---
----- Alvito -----4.091,50 ----- 3.138,15 ----- 3.387,90 ----- 2.291,49 -- 3.227,26--
----- Arraiolos -----7.619,50 -----5.454,41 ----- 5.829,18 ----- 6.890,68 -- 6.448,44--
----- Barrancos ----- 5.316,50 ----- 1.618,89 ----- 1.718,86 ----- 1.688,35 ---2.585,65 -
----- Beja ----- 23.936,50 ---- 46.175,66 ----- 43.818,51 ----33.385,46 --36.829,03-
----- Castro Verde ----- 12.225,50 ---- 10.809,19 ----- 9.864,77 ----- 7.159,82 - 10.014,82-
----- Cuba ----- 4.924,50 ----- 5.031,01 ----- 4.982,21 ----- 4.500,83 -- 4.859,63-
----- Ferreira -----10.559,50 ----- 6.550,27 ----- 7.174,38 ----- 8.419,05 -- 8.175,80-
----- Grândola ----- 12.348,00 ---- 13.399,41 ----- 12.355,87 ---- 13.671,10 -12.943,60-
----- Mértola -----15.092,00 ---- 5.454,41 ----- 4.982,21 ----- 8.067,77 - 8.399,09-
----- Montemor -----18.865,00 ---- 13.050,73 -----14.597,86 ----16.880,26 -15.848,46-
----- Moura ----- 14.234,50 ----17.932,30 ----- 18.882,56 ----15.310,81 -16.590,04-
----- Odemira ----- 29.865,50 ---- 19.177,59 ----- 18.957,30 ---- 23.783,91 -22.946,08-
----- Ourique ----- 8.697,50 ----- 3.287,59 ----- 3.637,01 ---- 5.565,50 ---5.296,90-
----- Santiago ----- 17.713,50 ---- 20.024,40 ----- 21.099,64 --- 28.511,72 -21.837,32-
----- Serpa ----- 10.339,00 ---- 15.815,29 ----- 16.590,75 --- 15.605,89 -14.587,73
----- Vendas Novas ----- 6.713,00 ---- 13.449,22 ----- 14.846,98 --- 11.285,58 -11.573,69
----- Viana d Alentejo --- 5.218,50 ----- 6.226,49 ----- 6.377,22 ---- 5.361,22 --5.795,86-
----- Vidigueira ----- 4.557,00 ----- 5.852,90 ----- 6.153,02 ----- 5.753,58 - 5.579,13
----- Neste contexto, propõe-se à Exm^a Câmara Municipal a aprovação da transferência de capital para a AMGAP no valor de 22.946,08 Euros (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e seis euros, e oito cêntimos), devendo na eventual aprovação o assunto ser remetido à apreciação da Assembleia Municipal para que esta autorize a transferência proposta para constituição do capital da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA, no mesmo valor.-----

----- Odemira, 12 de Fevereiro de 2010 -----

----- O Presidente da Câmara -----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro” -----

----- Propõe-se a aprovação da transferência nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos” -----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que perguntou se estavam definidas algumas balizas para o tarifário a praticar pela futura empresa que iria gerir a distribuição de água potável. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a tarifa tinha sido calculada com base nos estudos efectuados e estaria prevista para setenta cêntimos no abastecimento da água e oitenta cêntimos para o abastecimento e tratamento dos esgotos. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- **Declaração de Voto Contra a** -----

----- **Transferência de capital para a AMGAP** -----

----- Considerando que: -----

----- 1 – O Bloco de Esquerda se posicionou desde a primeira hora contra a constituição da AMGAP que, sob o nome enganador de Gestão da Água Pública, é um passo no caminho

perigoso e irresponsável da privatização da água e da alienação de competências tradicionais dos municípios nesta área para a “Águas de Portugal, SA”, submetendo-a à lógica empresarial, fora do controlo democrático dos cidadãos e das próprias autarquias; -----

----- 2 – Na sessão de 17/12/2009, o deputado municipal do Bloco de Esquerda votou CONTRA a escritura da constituição da AMGAP e exigiu a realização de um amplo debate público, seguido de REFERENDO, antes que sejam dados novos passos no caminho desastroso de privatização da água pública.-----

----- Assim, em coerência, nesta sessão ordinária de 25/02/2010, o deputado municipal do Bloco de Esquerda vota CONTRA a transferência de capital da Câmara Municipal de Odemira para a AMGAP.” -----

----- **Ponto quatro:** AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DO MATADOURO DO LITORAL ALENTEJANO (PROPOSTA N.º 8/2010 P): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “6 - ASSUNTO N.º 0121-2010 – PROPOSTA N.º 8/2010 P – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DO MATADOURO DO LITORAL ALENTEJANO. -----

----- Foi presente a Proposta n.º 8/2010 P, elaborada pelo Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

----- “PROPOSTA n.º.8/2010 P -----
----- AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DO MATADOURO DO LITORAL ALENTEJANO -----

----- Considerando que: -----

----- • O MLA – Matadouro do Litoral Alentejano S.A. sociedade participada pelo Município de Odemira e da qual é fundador está em plena construção e que o montante da obra, resultante dos valores das várias propostas sofreu um aumento considerável, que obriga a um aumento do capital social até ao montante de 2.000.000,00 (dois milhões de euros); -----

----- • O Município de Odemira e o Crédito Agrícola de S. Teotónio e Aljezur são os accionistas de referência do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano S.A. e que têm, em paridade, sido os investidores quase em exclusividade na sociedade, reconhecendo a enorme importância para o concelho de Odemira, concelhos limítrofes e até da região, que a nova unidade de abate terá na produção, na mais valia gerada, na economia em geral, até pela resposta que é necessário dar aos produtores e consumidores, dado o agravamento que as unidades em funcionamento de Setúbal, Montijo, Beja e Sousel e, ainda, o encerramento do Matadouro Regional do Algarve introduziram no sector; -----

----- • As necessidades de tesouraria, face ao facto das recentes dificuldades de recursos financeiros da banca em geral, tem levado a dificuldades não previstas na obtenção de um empréstimo, previsto no projecto, são uma realidade, sendo absolutamente necessário que a obra da estação de tratamento de águas residuais se inicie, sendo assim oportuno desde já proceder-se ao aumento do capital social. -----

----- • A deliberação, por unanimidade, da Assembleia-geral em aprovar na sua reunião de 09/12/2008, conforme está expresso na acta n.º 11, um aumento de capital até ao montante de 2.000.000,00 (dois milhões de euros)-----

----- • Até à presente data o capital social do matadouro corresponde a: -----

----- 1.Município de Odemira: 700.000,00 € (setecentos mil euros) -----

----- 2.Crédito Agrícola de S. Teotónio e Aljezur: 700.000,00 € (setecentos mil euros)-----

----- 3.Outros accionistas: 153.400,00 € (cento e cinquenta e três mil e quatrocentos euros).

----- Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere e aprove o seguinte:

----- a)Proceder ao aumento da sua quota no capital social do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano em mais 100.000,00 € (cem mil euros), valor que o outro accionista de referência, o Crédito Agrícola de S. Teotónio e Aljezur acompanhará; -----

----- b)Caso a presente proposta seja aprovada, seja presente à Assembleia Municipal para

apreciação, deliberação e autorização. -----

----- Odemira, em 12 de Fevereiro de 2010-----

----- O Presidente da Câmara,-----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro”.-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO ENGENHEIRO MANUEL RAFAEL AMARO DA COSTA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0049-2010 – PROPOSTA N.º 2/2010 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO ENG.º. MANUEL RAFAEL AMARO DA COSTA -----

----- Foi presente a Proposta n.º 2/2010 P, datada de 15/01/2010, elaborada pelo Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

----- “PROPOSTA n.º.2/2010 P-----

----- ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO ENG.º.MANUEL RAFAEL AMARO DA COSTA. -----

----- Numa sociedade que se pretende viva e actuante, que acompanhe o desenvolvimento das suas congéneres, devem os órgãos da administração pública nos quais se enquadram as

Câmaras e as Assembleias Municipais, ter a responsabilidade de nunca perder de vista os mais elementares valores da sociedade, de modo a que, na vertiginosa corrida para o desenvolvimento, num mundo profundamente materialista, esses valores não sejam abafados ou absorvidos pelo individualismo, o isolamento e o poder da imagem.-----

----- Conscientes da importância que assumem hoje em dia valores como a solidariedade, a competência, a coragem e a abnegação, a participação e a criatividade, entre outros não menos importantes, e no sentido não só de agradecer, mas também de sensibilizar e encorajar jovens, homens e mulheres da nossa comunidade a desenvolver estes valores. -----

----- Um grupo de ilustres cidadãos do Concelho de Odemira promoveu uma justa homenagem ao Engº. Manuel Rafael Amaro da Costa, no dia do centenário do seu nascimento, à qual a Câmara Municipal de Odemira não pode deixar de se Associar.-----

----- Fundamentação da Proposta:-----

----- Manuel Rafael Amaro da Costa foi um ilustre engenheiro e político. Nascido em 1910, em S. Martinho das Amoreiras no Concelho de Odemira, distinguiu-se na área da engenharia hidráulica. -----

----- Foi o primeiro director-delegado da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (fundada a 21 de Outubro de 1943), e posteriormente assumiu, durante alguns anos, o cargo de presidente desta comissão. -----

----- Entre 1951 e 1969, ocupou sucessivamente os cargos de subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, subsecretário de Estado das Obras Públicas e secretário de Estado da Indústria. -----

----- Foi um forte mentor e impulsionador do Plano de Rega do Alentejo, estando ligado por via do referido Plano à construção da Barragem de Santa Clara, sendo um dos principais impulsionadores do Perímetro de Rega do Mira, provavelmente a obra mais importante que o Concelho de Odemira alguma vez conheceu em termos de valorização do potencial agrícola e

pecuário. -----
----- Tendo sido também um acérrimo defensor da construção da Barragem do Alqueva, que veria iniciar-se para sua grande alegria.-----
----- É bom lembrar aos Odemirenses que a construção da Barragem de Santa Clara, regularizou o regime do rio Mira, e criou uma extensa zona de regadio na planície do nosso Concelho, para além da mais valia em termos estratégicos e de abastecimento público que representa. -----
----- Em Dezembro de 1976, foi eleito membro da Assembleia Municipal de Odemira, cargo que exerceu com distinção. -----
----- A sua personalidade, profissionalismo e acção no exercício das funções públicas foram reconhecidas por diversas condecorações recebidas ao longa da vida, a saber:-----
----- • Medalha Naval comemorativa da morte do Infante D. Henrique; -----
----- • Medalha de Ouro do mérito das Obras Públicas;-----
----- • Grande Oficial da Ordem de África; -----
----- • Grande Oficial da Ordem de Espanha;-----
----- • Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana; -----
----- • Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha;-----
----- • Comendador e Grande Oficial da Ordem de Cristo. -----
----- O Município de Odemira tem o dever de, face à clara justiça da iniciativa, homenagear o Homem que muito fez pela nossa terra, e por uma vida melhor para os seus concidadãos.-----
----- O Município de Odemira e a sua população, o Alentejo e o País muito devem ao cidadão Eng^o. Manuel Rafael Amaro da Costa, e à sua justificada acção como engenheiro e político. -----
----- Por tudo o supra descrito, e pelo muito que fica por dizer, tenho a honra de propor: ---
----- • Que a Exm^a. Câmara Municipal, nos termos do n.º.1 do artigo 4º. do Regulamento

Municipal de Medalhas Honorificas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição a título póstumo da Medalha Municipal de Mérito, ao Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa.-----

----- • Que a insígnia supra seja entregue em cerimónia solene a realizar no próximo dia da Liberdade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nos termos definidos no artigo 6º. do mesmo Regulamento Municipal. -----

----- Odemira, 15 de Janeiro de 2010. -----

----- O Presidente da Câmara,-----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro”.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----- Votantes: trinta e quatro;-----

----- Votos a favor: trinta e um votos; -----

----- Votos contra: um voto;-----

----- Votos (abstenção): dois votos. -----

----- Na sequência da votação anterior, a proposta em causa foi aprovada por maioria. -----

----- **Ponto seis:** ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO SENHOR MANUEL AUGUSTO PIEGAS MARCOS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve:-----

----- “3 - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – PROPOSTA.-----

----- Foi apresentada uma Proposta pela Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve:-----

----- “PROPOSTA-----

----- Manuel Augusto Piegas Marcos, natural da Freguesia de S. Salvador, nascido em 18 de Dezembro de 1944, cidadão de muita sensibilidade e por todos respeitado, este Homem Bom, destacou-se pela sua honestidade, coerência e combatividade, partilhou sempre os valores da Paz e da Amizade e no combate pela Liberdade.-----

----- Técnico agrícola de profissão, imperou sempre nele o profissionalismo, a camaradagem e o respeito pelos outros. Os agricultores do nosso Concelho são disso testemunhas.-----

----- Não era Homem de semear intrigas. Era Homem de searas de amizade. Homem simples, íntegro e sociável, sempre disponível e com simpatia participava e colaborava nas organizações onde com lucidez e alma interiorizava a arte de cariz popular, porque provinha do Povo, das gentes da terra simples que amava.-----

----- Apresentador de eventos e canto amador, sempre que fosse convidado, subia a qualquer palco para fazer a apresentação de artistas e poetas populares. Dava tanto valor aos artistas conhecidos e de craveira, como dava aos menos conhecidos, tratando todos da mesma forma e com a mesma estima. -----

----- Quando estava bom da garganta, bem disposto, e a companhia era boa, o “Manuel”, a pedido de alguém ou de sua iniciativa, gostava de cantar o fado ou uma canção revolucionária. Adorava cantar fados de Amália Rodrigues, de Carlos do Carmo, entre outros.-----

----- Jornalista e colaborador de vários jornais, locutor na Rádio Praia e Maré Alta, procurava com empenho e saber, a pequena notícia que ocorria aqui e ali, procurava mexer e agitar o que na sua opinião achava mal, valorizando sempre os intérpretes da Música Popular Portuguesa e, muitas vezes, de microfone aberto cantarolava-as. -----

----- Desempenhou ao longo da sua vida diversos cargos públicos, tendo sido Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Vereador da Câmara Municipal de Odemira e Presidente da

Cooperativa de Habitação. -----
----- Desempenhou estas funções sem que alguma vez, outros interesses ou objectivos o fizessem vacilar ou mudar as ideias que sempre defendeu – Igualdade, Fraternidade e Amizade.
----- O Manuel Augusto era Homem solidário, humilde e coerente. -----
----- Com Abril vivia, em Abril disse Adeus.-----
----- Por estas razões, os eleitos da CDU propõem a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, a título póstumo, ao Sr. Manuel Augusto Piegas Marcos, nos termos do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas da Câmara Municipal de Odemira, pelo prestígio e acções desenvolvidas em prol da Comunidade Odemirense, ao longo da sua vida. -----
----- Odemira, 2010.01.21. -----
----- Os Vereadores da CDU, -----
----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro, -----
----- a) Maria da Piedade grego Dias Sobral Barradas,-----
----- a) António Manuel Assude Ferreira.”-----
----- Propõe-se que a Exm^a. Câmara Municipal, nos termos do nº.1 do artigo 4º. do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição a título póstumo da Medalha Municipal de Mérito, ao Sr. Manuel Augusto Piegas Marcos. -----
----- Propõe-se ainda que a insígnia supra seja entregue em cerimónia solene a realizar no próximo dia da Liberdade, no Salão Nobre dos Passos do Concelho, nos termos definidos no artigo 6º. do mesmo Regulamento Municipal. -----
----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----
----- Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e

nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----- Votantes: trinta e quatro; -----

----- Votos a favor: trinta e três votos;-----

----- Votos (abstenção): um voto. -----

----- Na sequência da votação anterior, a proposta em causa foi aprovada por maioria. -----

----- **Ponto sete:** ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número novecentos e sessenta e sete, datado de quinze de Janeiro do corrente ano, no qual solicitavam a eleição de um autarca de freguesia para integrar a nova composição do Conselho Cinegético Municipal de Odemira, de acordo com o estipulado nos termos da alínea e) do número dois do artigo cento e cinquenta e sete do Decreto-Lei número duzentos e um barra dois mil e cinco, de vinte e quatro de Novembro. -----

----- Em face do exposto, a senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos presentes propostas para a eleição em causa.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que apresentou a seguinte proposta:-----

----- “Eleição de um autarca de freguesia para integrar a composição do Conselho Cinegético Municipal de Odemira. -----

----- Proposta do Partido Socialista -----

----- José Manuel dos Reis Guerreiro – Presidente da Junta de Freguesia de S. Teotónio”.---

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou se haveriam mais propostas para a referida eleição. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da única proposta apresentada, por escrutínio secreto, de acordo com o número três do artigo nonagésimo, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as

alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo-se apurado o seguinte resultado: -----

----- Votantes: trinta e quatro;-----

----- Votos a favor: trinta votos; -----

----- Votos Contra: quatro votos; -----

----- Em face do exposto, foi eleito por maioria, para integrar a composição do Conselho Cinegético Municipal de Odemira, o senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio.-----

----- **Ponto oito:** ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

CONTRA INCÊNDIOS DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número dois mil oitocentos e oitenta e cinco, datado de quinze de Fevereiro do corrente ano, no qual solicitavam a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Odemira, de acordo com o estipulado nos termos da alínea b) do artigo quinto da Lei número catorze barra dois mil e quatro, de oito de Maio. -----

----- Em face do exposto, a senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos presentes propostas para a eleição em causa.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que apresentou a seguinte proposta: -----

----- “Proposta do Partido Socialista -----

----- Eleição de um autarca de freguesia para integrar a composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Odemira. -----

----- António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura – Presidente da Junta de Freguesia de S. Luís”. -- -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou se haveriam mais propostas para a referida eleição.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da única proposta apresentada, por escrutínio secreto, de acordo com o número três do artigo nonagésimo, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo-se apurado o seguinte resultado:-----

----- Votantes: trinta e quatro;-----

----- Votos a favor: vinte e nove votos;-----

----- Votos Contra: três votos;-----

----- Votos (abstenção): dois votos.-----

----- Em face do exposto, foi eleito por maioria, para integrar a composição a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Odemira, o António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís.-----

----- **Ponto nove:** NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0107-2010 – NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

----- Foi presente a informação n.º 145, datada de 12 de Fevereiro de 2010, proveniente da Divisão de Educação e Cultura informando que, no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, e pela Declaração de Rectificação n.º 13/2003, de 11 de Outubro, cujo objectivo é a transferência de competências para os Municípios na área da educação, são criados os Conselhos Municipais de Educação. Os Conselhos Municipais de Educação, assumem-se como um órgão de coordenação e consulta, “ que tem como objectivo promover, a nível Municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo,

dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”, de acordo com o definido no Artigo 3º do referido diploma.-----

----- Informa ainda, que os Conselhos Municipais de Educação, são nomeados por deliberação de Assembleia Municipal, após a Câmara Municipal ter dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro. Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, e de harmonia com o disposto nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 1 e das alíneas a) a o) do n.º 2 do Artigo 5º, propõe-se a criação do Conselho Municipal de Educação de Odemira, com a seguinte composição: -----

----- - Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Candeias Guerreiro, que presidirá; ---

----- - Presidente da Assembleia Municipal, Natália Maria Brito Pacheco Cabecinha; -----

----- - Vereador do Pelouro da Educação, Hélder António Guerreiro, que assegurará a substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

----- - Director Regional de Educação com competência na área do Município, José Luís Lopes Verdasca, que será substituído, nas sua faltas e impedimentos, pela Coordenadora da Equipa de Apoio às Escolas, Sandra Alcina Gonçalves dos Santos; -----

----- - Representante do pessoal docente do ensino secundário público, Manuel Carlos Vilela; - -----

----- - Representante do pessoal docente do ensino básico público, Elisabete Escarduça; ----

----- - Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública, Margarida Raposo; -----

----- - Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados, Rosália de Fátima Sabina dos Santos Valente; -----

----- - Representantes das associações de pais e encarregados de educação, Isabel Abaitua e

Ana Margarida Percheiro; -----
----- - Representante das Associações de Estudante, João Filipe Teixeira Ludovico; -----
----- - Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam actividades na área da educação, Maria Teresa Guerreiro Geraldo; -----
----- - Representante dos serviços públicos de saúde, Joaquim Duarte Silva; -----
----- - Representante dos serviços de segurança social, Vânia Maria Guerreiro Costa; -----
----- - Representante dos serviços de emprego e formação profissional, Fernando Miguel Ramos; -----
----- - Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto, João Manuel Martins Vintém; -----
----- - Em representação das forças de segurança, Nelson Fernando Pires Batista; -----
----- - Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do Concelho, José Manuel Guerreiro; Caso a Excelentíssima Câmara Municipal decida pela aprovação da presente proposta deve a mesma ser remetida à Assembleia Municipal, de harmonia com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, para posterior nomeação dos seus elementos.-----
----- Propõe-se à Excelentíssima Câmara a aprovação da presente proposta e a sua remissão à Assembleia Municipal. -----
----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----
----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quatro abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do

membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, nos termos do artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal, colocou à apreciação dos presentes o eventual prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, conforme estipulado pelo número dois do mesmo artigo. -----

----- Não havendo qualquer oposição, foi deliberado por consenso prosseguir com os trabalhos.-----

----- **Ponto dez:** MAPA DE PESSOAL DA AMAGRA PARA O ANO DOIS MIL E DEZ:

Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0078-2010 - AMAGRA - ENVIO DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010. -----

----- Foi presente o ofício nº 58, datado de 20/01/2010, da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, a remeter fotocópia do Mapa de Pessoal da referida Associação para o ano de 2010, aprovado pela Assembleia Intermunicipal em 22/12/2009, e bem assim a informar que a forma de imputação das despesas com o pessoal das Associações Intermunicipais carece de aprovação das Assembleias Municipais dos Municípios que as integram, de acordo com o artigo nº 22, da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto.

----- Propõe-se a tomada do devido conhecimento, bem como posterior envio do assunto em referência à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto.-----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, tendo aprovado, por unanimidade o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a

qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto onze:** MAPA DE PESSOAL DA CIMAL PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0079-2010 – CIMAL – ENVIO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010.-----

----- Foi presente o ofício nº 138, datado de 21/01/2010, da CIMAL – Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral, a remeter fotocópia do Mapa de Pessoal da referida Comunidade para o ano de 2010, aprovado em Assembleia Intermunicipal, e bem assim a informar que a forma de imputação das despesas com o pessoal das Comunidades Intermunicipais carece de aprovação das Assembleias Municipais dos Municípios que as integram, de acordo com o artigo nº 22, da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. -----

----- Propõe-se a tomada do devido conhecimento, bem como posterior envio do assunto em referência à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. -----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, tendo aprovado, por unanimidade o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e

um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto doze:** DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0011-2010 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA C.I.M.A.L. - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL.-----

----- Foi presente a informação n.º 456/2009, datada de 23/12/2009, elaborada pela Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, na qual consta que a delegação de subdelegação de poderes se extinguem, entre outras causas por caducidade resultante de se terem esgotado os seus efeitos, ou da mudança dos titulares dos órgãos delegante ou delegado, subdelegante ou subdelegado, pelo que tendo em conta o sufrágio eleitoral ocorrido no último trimestre, é necessário para o exercício concreto das atribuições e competências estipuladas na alínea c) do número 2 do artigo 2.º dos estatutos da C.I.M.A.L. – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, a delegação de competências por parte dos Municípios respectivos. -----

----- Propõe-se a aprovação da Delegação de Competências na C.I.M.A.L. – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, na área dos elevadores, nomeadamente no estabelecimento do regime de inspeções, fiscalização, fixação de taxas e regime sancionatório e igualmente na fiscalização do cumprimento do regulamento geral sobre o ruído, bem como a ratificação de todos os actos, entretanto praticados. -----

----- Propõe-se ainda a submissão do assunto em apreço à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a

qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora e trinta minutos, do dia vinte e seis de Fevereiro do corrente ano.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----